

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS AVANÇADO DE VARGINHA**

DANIELA DA COSTA SILVA

APOSENTADORIA: UMA META A SER PLANEJADA

Varginha-MG
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS AVANÇADO DE VARGINHA**

DANIELA DA COSTA SILVA

APOSENTADORIA: UMA META A SER PLANEJADA

Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Vinicius de Souza Moreira.

Varginha-MG
2021

DANIELA DA COSTA SILVA

APOSENTADORIA: UMA META A SER PLANEJADA

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 08 de setembro de 2021.

Prof. Vinicius de Souza Moreira
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Wesllay Carlos Ribeiro
Universidade Federal de Alfenas

Prof^a. Maria Aparecida Curi
Universidade Federal de Alfenas

Dedico esse trabalho a minha avó, Tereza
Alves da Silva (*in memoriam*).

RESUMO

Envelhecer faz parte do ciclo da vida, sendo o planejamento financeiro para esta fase um dos responsáveis por proporcionar um envelhecimento tranquilo. O presente estudo teve como objetivo descrever a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura. Os principais resultados encontrados mostraram que a maioria dos indivíduos conta com a Previdência Social, como única fonte de recursos para a aposentadoria. Por fim, concluiu-se que planejar financeiramente a aposentadoria é uma meta indispensável, de modo a garantir que o valor financeiro ao se aposentar tenha condições de atender satisfatoriamente às necessidades e desejos individuais.

Palavras-chave: aposentadoria, planejamento financeiro para a aposentadoria, planejamento previdenciário.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Sistema previdenciário	16
Quadro 1: Trabalhos Revisados	20

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1. Planejamento Financeiro	10
2.2. Educação Financeira	11
2.2.1. Economizar, poupar e investir	12
2.3. Investimentos	13
2.4. Aposentadoria	15
3. PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A APOSENTADORIA	18
3.1. Compreensão sobre a importância da preparação para a aposentadoria	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

Os brasileiros estão vivendo cada dia mais. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2019, a expectativa de vida ao nascer era de 76,6 anos, três meses a mais do que em 2018, e 31,1 anos a mais em relação a 1940. Além disso, a expectativa de vida para uma pessoa de 50 anos, em 1940, era de viver mais 19,1 anos, já em 2019, era de 30,8 anos, esperando viver, em média, até 80,8 anos (IBGE, 2021).

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a parcela da população brasileira com 60 anos ou mais passou de 12,8% para 14,6%, entre 2012 e 2017, porém, o grupo de pessoas de 0 a 9 anos foi de 14,1% para 12,9%, no mesmo período (IBGE, 2021). Isto mostra que há um aumento da população economicamente inativa no país e uma redução da população economicamente ativa, em consequência da queda na taxa de natalidade. O aumento da longevidade eleva, também, a esperança de vida dos aposentados, o que requer a ampliação de suas economias para os ampararem durante os anos de aposentadoria (GRAGNOLATI et al., 2011).

Envelhecer faz parte do ciclo da vida. O envelhecimento ativo proporciona que as pessoas idosas contribuam com a comunidade conforme os seus desejos e capacidades, como fazer parte da força de trabalho ou participar das questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005). Os idosos do presente estão dispostos a aproveitar as oportunidades oferecidas pela sociedade, além de estarem abertos a viver novas experiências (PINHEIRO; AREOSA, 2018).

Conforme a pesquisa publicada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2020), em 2019, a previdência pública era a única fonte de renda da maioria dos brasileiros já aposentados, do qual grande parte alegou que as suas despesas aumentaram depois da aposentadoria e perceberam uma piora significativa na saúde financeira familiar. Além disso, o estudo apresentou distinções entre a expectativa da população em relação à aposentadoria e a realidade dos inativos (ANBIMA, 2020).

A reforma da previdência por meio da Emenda Constitucional 103/2019, mudou o sistema de previdência social, entre as alterações, estão fixação de idade mínima para se aposentar, 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, regras de transição

para o trabalhador ativo e média dos salários recebidos para o cálculo do benefício (BRASIL, 2019).

Diante desse cenário, este trabalho tem o objetivo de descrever a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura utilizando o Google Acadêmico. Acredita-se que a organização financeira pode proporcionar maior controle sobre as receitas e as despesas pessoais e/ou familiares, o que auxilia a evitar dívidas e possíveis imprevistos financeiros em todas as fases da vida, além de auxiliar nas realizações de sonhos, metas e objetivos, seja eles de curto, médio ou longo prazo (PLANEJAR; CVM, 2019; CERBASI, 2003; HALFELD, 2001; BACEN, 2013).

Da mesma maneira que ao longo da vida, o planejamento financeiro pode contribuir com o acúmulo de patrimônio podendo ter finalidade de acrescentar o salário da aposentadoria a fim de manter o padrão de vida na inatividade ou viver com os rendimentos deste patrimônio, com o propósito de atingir estabilidade financeira.

O presente trabalho, além desta introdução, está estruturado da seguinte maneira. A segunda seção traz a descrição dos principais conceitos relacionados ao planejamento financeiro, aos investimentos e à aposentadoria. Na terceira seção, é demonstrada a importância do planejamento financeiro para os anos de vida inativos. Ainda nesta seção, também é apresentada uma revisão de literatura que traz a percepção de diversos grupos em relação a preparação financeira para a fase pós-laboral. Encerrando esse Trabalho de Conclusão de PIEPEX, são apresentadas as considerações finais.

2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Planejamento Financeiro

Planejamento, segundo Nakagawa (1993), é o ato de antecipar decisões e possíveis acontecimentos que envolvem uma ação, dentre as diversas possibilidades existentes. O planejamento pode ser aplicado a organizações e entidades, assim como no contexto familiar e pessoal. Aplica-se, ainda, aos mais variados recursos e ações, tais como, gestão de pessoas, marketing, logística e cadeia de suprimentos e, também, às finanças.

Assim, o planejamento no âmbito financeiro e pessoal, para Cerbasi (2003), tem haver com o saber fazer escolhas no presente, compreendendo o quanto se deve gastar hoje, sem prejudicar o padrão de vida no futuro ou deixar de realizar sonhos. Frankenberg (1999), por sua vez, acredita que planejar as finanças pessoais é seguir estratégias de curto, médio ou longo prazo, focadas no acúmulo de bens e de capitais, o que não é uma tarefa simples, por conta das incertezas e imprevistos que podem acontecer ao longo da vida. À vista disso, o planejamento financeiro pode ser definido como o processo de alcançar metas financeiras por meio do gerenciamento dos recursos, mostrando o que se deve fazer financeiramente para concretização de metas e de objetivos (PLANEJAR, 2021).

Segundo Cerbasi (2014), o cérebro humano associa o planejamento financeiro ao sofrimento ou a lembrança de algum problema futuro, ao contrário do ato de comprar que a recompensa é imediata.

O propósito do planejamento financeiro é oferecer segurança em momentos de instabilidades financeiras. Trata-se de uma prática permanente que contribui para que as despesas sejam menores do que as receitas e auxilia na gestão de recursos financeiros e na tomada de decisões sobre o consumo.

O conhecimento financeiro é essencial para que as pessoas compreendam a importância de planejar as suas finanças e, com isso, proporcionar melhor qualidade de vida e facilitar a tomar decisões mais assertivas (SILVA, 2018).

2.2. Educação Financeira

A educação financeira é um processo que auxilia os consumidores a entender os conceitos, os produtos e os riscos financeiros, por meio de instruções e informações, de modo a proporcionar aos indivíduos o entendimento que possibilite tomar decisões financeiras bem fundamentadas e desempenhar ações que melhorem a sua saúde financeira (BACEN, 2021). A educação financeira é essencial para o desenvolvimento de habilidades que proporcionam aos cidadãos economizar e investir de maneira consciente e segura (ENEF, 2021).

Para Borges (2013), a educação financeira, além de colaborar com a formação do indivíduo, tem influência sócio-político-pedagógica, devido à função de conscientização aliada à compreensão financeira, econômica e administrativa que, juntamente, com a matemática financeira formam um modelo que contribui com o planejamento e com o controle financeiro pessoal.

O conhecimento financeiro aliado ao planejamento, pode influenciar a população na tomada de decisões financeiras no presente e no futuro, como também ajudar na seleção das melhores opções de consumo, investimento e evitar as dívidas, dessa forma auxilia na melhora da qualidade de vida a longo prazo.

Nesse sentido, a alfabetização financeira pode trazer consequências sobre o comportamento financeiro das pessoas, levando em consideração que indivíduos com pouca instrução financeira estão mais sujeitos a ter problemas com dívidas (LUSARDI; TUFANO, 2015); dificuldades de acumular e gerir a riqueza de forma eficaz; embaraços ao planejar a aposentadoria; impasses ao escolher fundos mútuos com taxas de administração mais baixas (LUSARDI; MITCHELL, 2007); e a enfrentar obstáculos para participar do mercado de ações (ROOIJ; LUSARDI; ALESSIE, 2011).

No Brasil, a falta de conhecimento financeiro tem relação direta com a história econômica do país. Segundo Araújo e Calife (2014), o assunto educação financeira, até o fim dos anos de 1990, era focado para pessoas que possuíam recursos disponíveis para investimento, com dicas para alocação de capital por certo tempo. A instabilidade econômica do país, naquela época, fazia com que a maioria da população trocasse o dinheiro por produtos necessários para evitar a perda do seu poder de compra, o que dificultava a prática do planejamento (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

De acordo com o Banco Central (BACEN, 2021), nos últimos anos, o Brasil apresenta uma estabilidade inflacionária que leva a uma reflexão acerca da maneira

de lidar com o dinheiro. Antes os brasileiros eram obrigados a consumir tudo que ganhavam e tiveram que mudar seus hábitos de gestão do dinheiro, pois além da estabilidade econômica, experimentaram também maior oferta de empréstimos e propagandas nos canais de televisão incentivam o consumo.

A ausência de educação financeira associada à facilidade de acesso ao crédito, conduz muitas famílias ao endividamento (BACEN, 2013). O endividamento pessoal está relacionado diretamente com a maneira pela qual a pessoa lida com as suas receitas e despesas, e não com a renda (CERBASI, 2003). Wisniewski (2011) afirma que a falta de conhecimento financeiro pode gerar o consumo excessivo e, com isso, comprometer boa parte da renda familiar.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostrou que, em janeiro de 2021, 66,5% das famílias brasileiras relataram ter dívidas, sendo que 10,9% não tinham dinheiro para honrá-las (CNC, 2021). O consumo não planejado pode provocar dívidas e atrapalhar a concretização de metas e objetivos. A solução para evitar isso não é deixar de gastar, mas sim, planejar o consumo, sendo capaz de pagar menos e comprar mais, além de conseguir poupar dinheiro (BACEN, 2013).

Nesse sentido, a educação financeira é indispensável para a população, pois auxilia diretamente nas decisões financeiras dos indivíduos e das famílias (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o governo federal brasileiro através do Ministério da Educação (MEC), lançou o programa educação financeira nas escolas, que tem o objetivo de oferecer formação gratuita sobre finanças pessoais aos professores das redes pública e privada do Brasil, para que o tema esteja presente nas salas de aula, interligada às disciplinas da grade curricular (BRASIL, 2021).

2.2.1. Economizar, poupar e investir

Economizar, poupar e investir são palavras recorrentemente empregadas no cotidiano das pessoas. A ideia de economizar tem a ver com o ato de deixar de gastar dinheiro, poupar é o ato de guardar o dinheiro que foi economizado e investir é fazer com que o dinheiro poupado passe a render (BRIOSO, 2020).

Para Halfeld (2001), a poupança tem como principal objetivo acumular recursos para amparar a velhice, porém de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2018), apenas poupar não basta, é necessário investir o que foi poupado, sendo que, investindo é possível multiplicar o capital. Investir é tão relevante quanto poupar, visto que o esforço para reduzir despesas pode ser em vão quando os recursos são mal investidos (CVM, 2021).

Os recursos poupados e investidos hoje, com expectativa de obter remuneração amanhã, podem transformar o padrão de vida futuro, porém antes de investir é necessário conhecer as características e os tipos de investimentos, para escolher o que melhor atenda às necessidades individuais e/ou familiares (BACEN, 2013).

2.3. Investimentos

Investimento é a aplicação de capital com objetivo de obter lucros/rendimentos (CVM, 2021). Segundo a CVM (2018), os investimentos possuem três pilares essenciais para compreender as características de cada ativo: a liquidez, a rentabilidade e o risco.

A liquidez é a velocidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro, quanto mais fácil for resgatá-lo maior será a sua liquidez. A rentabilidade é o retorno do investimento enquanto o risco, por sua vez, é a possibilidade de perdas (variabilidade do retorno), pois quanto menor a segurança, maior é a probabilidade de perdas (CVM, 2018).

As pessoas podem investir de forma Individual, tomar as decisões isoladamente, escolher os ativos, negociar os preços, avaliar os riscos ou de forma coletiva, por meio de fundos de investimento (CVM, 2018).

Não existem investimentos sem riscos, há sempre a incerteza associada ao retorno da aplicação, assim como o melhor investimento não existe, o que pode ser encontrado são investimentos mais ou menos compatíveis com o perfil de risco e objetivos do investidor (CVM, 2018). Os objetivos e as preferências do investidor por liquidez, expectativa de rentabilidade e disposição em assumir riscos implicam em modalidades diferentes de investidores, e diante disso podem ser atribuídos três perfis ao investidor: o conservador, o moderado e o agressivo (BACEN, 2013).

O conservador tem prioridade pela segurança, aceita até uma rentabilidade menor buscando minimizar o risco de possíveis perdas. O moderado busca o equilíbrio entre a rentabilidade e a segurança, aceita correr determinado risco em troca de uma rentabilidade um pouco maior do que os investimentos mais seguros. Já o agressivo é mais arrojado, prioriza a rentabilidade, renúncia à segurança e aceita riscos maiores, em busca de potencializar o retorno para suas aplicações (CVM, 2018).

As aplicações financeiras são divididas em renda fixa e/ou renda variável. Os investimentos que possuem um retorno previsível são denominados de renda fixa, a rentabilidade é contratada no momento da aplicação. A renda fixa pode ser prefixada, em que o valor da remuneração já é definido; ou pós-fixada, quando o retorno é atrelado a algum índice (como inflação, Selic, CDI), pode ser acrescido ou não de uma taxa de juros e o cálculo da rentabilidade é feito no momento do resgate, baseado na variação do indicador (BACEN, 2013). A Caderneta de Poupança, o CDB, o Tesouro Direto, o LCI/LCA, o CRI/CRA, as Letras de Câmbio, são exemplos de investimentos de renda fixa. Já os investimentos em que o retorno é imprevisível no momento da aplicação são chamados de renda variável, uma vez que o valor da rentabilidade e da aplicação são incertos, pois variam conforme as condições do mercado (BACEN, 2013). Ações, Fundos Imobiliários, ETFs, Opções, Câmbio, são exemplos de aplicações de renda variável. Seja qual for o tipo do investimento, ele deve ser feito respeitando o perfil de investidor e os objetivos (ANBIMA, 2020).

Halfed (2001) argumenta que os investimentos em renda fixa são mais seguros, porém pode ser que não seja possível alcançar objetivos a longo prazo e apenas preservar o patrimônio. Por outro lado, as aplicações em renda variável, mesmo que mais voláteis, tendem a oferecer retornos superiores, o que pode potencializar os rendimentos e ajudar a contribuir para a aposentadoria no futuro. O autor ainda expõe que não se deve aplicar em renda variável pensando no curto prazo e na proporção que vai envelhecendo, deve-se resgatar as aplicações da renda variável e investir em renda fixa, para não correr o risco de possíveis quedas na bolsa de valores ou crise no mercado financeiro.

De acordo com a pesquisa “Raio X do Investidor Brasileiro” (ANBIMA, 2020), realizada em 2019, 34% dos entrevistados não conheciam ou não utilizam nenhum tipo de investimento. No entanto, 44% dos respondentes terminou o ano com alguma aplicação em produtos financeiros, sendo a Caderneta de Poupança a aplicação mais

utilizada. Contudo, apenas 10% da população investia em outros produtos além da Poupança. O sonho da casa própria motivava 35% dos brasileiros a realizar algum investimento, ter dinheiro guardado para possíveis emergências levou 17% a fazer aplicações financeiras e apenas 9% dos cidadãos faziam investimentos pensando em usá-los na velhice e durante a aposentadoria (ANBIMA, 2020).

2.4. Aposentadoria

Aposentadoria é o ato de afastar-se do trabalho (DICIO, 2021). Em finanças, aposentar é obter renda suficiente para pagar suas contas mensais sem que se tenha a obrigação de trabalhar para pagá-las, ou escolher trabalhar apenas naquilo em que se gosta (CERBASI, 2003).

De acordo com Cerbasi (2014), há algumas décadas, a aposentadoria correspondia ao fim da vida, os planos da população eram trabalhar em torno de 30 ou 35 anos e se aposentar, viver por mais uns 5 ou 10 anos tranquilamente, sem preocupações, dependendo da previdência pública. Na atualidade, aposentar-se representa o começo de uma nova fase que pode ser longa (CERBASI, 2014).

No Brasil, com base no artigo 194 da Constituição Federal de 1988, é assegurado à população brasileira o direito à saúde, à previdência e à assistência social, que formam o tripé da seguridade social (BRASIL, 1988). A previdência foi constituída no país em 1923, a partir do Decreto nº 4.682, que instituiu a cada empresa ferroviária uma caixa de aposentadoria e pensões para os funcionários, no qual teriam direito a assistência médica, medicamentos mais baratos, aposentadoria e pensão para os herdeiros (BRASIL, 1923).

Atualmente, o sistema previdenciário brasileiro (Figura 1) está dividido entre a previdência social e a previdência complementar, sendo que a primeira é constituída por dois regimes, o geral e o próprio; e a previdência complementar é formada por dois segmentos, as entidades abertas e as entidades fechadas de previdência complementar.

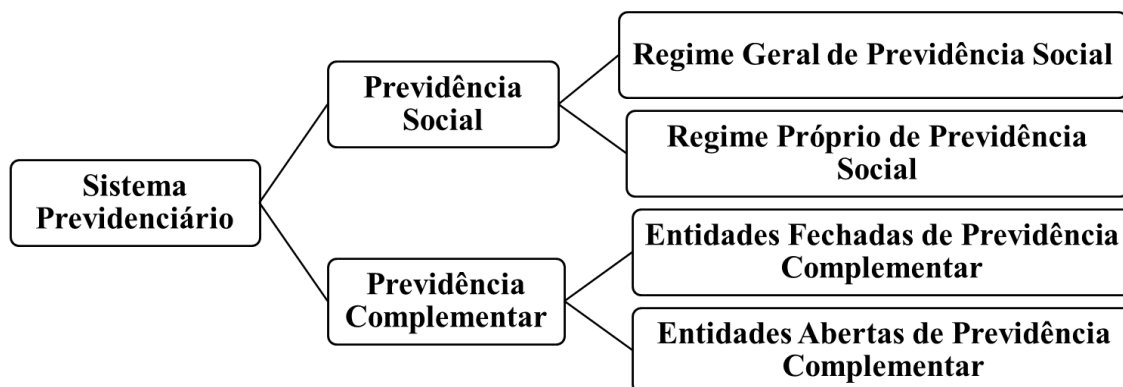


Figura 1: Sistema previdenciário

Fonte: Elaboração própria.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é de caráter contributivo e de filiação obrigatória, pois todo trabalhador com carteira assinada é filiado automaticamente (BRASIL, 2021). Além disso, quem trabalha por conta própria pode se inscrever e contribuir mensalmente para ter acesso aos benefícios previdenciários. Já o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é direito dos servidores públicos com cargos efetivos, é de caráter contributivo e compulsório para o servidor (BRASIL, 2021). A previdência social oferece outros benefícios além da aposentadoria, como o auxílio-doença, a pensão por morte, o salário maternidade e o auxílio-reclusão, para o pagamento desses benefícios são utilizadas as contribuições dos atuais trabalhadores.

A Previdência Complementar tem como objetivo proporcionar à população uma proteção previdenciária adicional à oferecida pela previdência social. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), conhecidas como fundos de pensão, são planos coletivos, acessíveis a grupos específicos de acordo com o vínculo empregatício ou associativo (BRASIL, 2021). E as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) são disponibilizadas a qualquer indivíduo, independentemente do vínculo empregatício ou associativo (BRASIL, 2021). Na previdência complementar, as contribuições são investidas e retornam na forma de renda no momento da aposentadoria.

Além da previdência social e da previdência complementar, os cidadãos podem realizar um planejamento financeiro para a velhice e acumular o seu próprio patrimônio com ativos que geram renda, como fonte de receita complementar para a aposentadoria (PLANEJAR; CVM, 2019).

Segundo a Associação Brasileira de Planejadores Financeiros - Planejar e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2019), planejar a aposentadoria não foi prioridade de grande parte dos brasileiros nas décadas passadas, pois durante muito tempo, os benefícios atenderam satisfatoriamente as necessidades dos inativos, porém, com o aumento da longevidade e a queda na taxa de fecundidade, os benefícios precisarão ser pagos por mais tempo, já que número de idosos tende crescer.

3. PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A APOSENTADORIA

Devido aos avanços da medicina e da tecnologia, melhoria dos hábitos alimentares e acesso à informação, por exemplo, a população está vivendo por mais tempo, e essa expectativa requer uma preparação financeira para o bem-estar na aposentadoria (PLANEJAR; CVM, 2019).

Em 2019, a pesquisa “O Preparo para Aposentadoria no Brasil”, realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com Banco Central do Brasil, apontou que 59% dos brasileiros admitiram que não estavam se preparando para a aposentadoria. Conforme a pesquisa “Raio X do Investidor Brasileiro” (ANBIMA, 2020), em 2019, 88% dos aposentados dependiam da previdência pública para se sustentar e 51% irão depender do INSS na aposentadoria. O Regime Geral de Previdência Social funciona pelo sistema de repartição, ou seja, os trabalhadores ativos contribuem e sustentam a população inativa (AFONSO, 2016), no entanto as contribuições dos trabalhadores ativos não estão sendo suficientes para suprir todas as despesas geradas com os pagamentos dos beneficiários. De acordo com os Boletins Estatísticos da Previdência Social (BRASIL, 2021), os fluxos de caixa do INSS, demonstram constantes déficits orçamentários, e até março de 2021 o déficit acumulado no ano somava mais de 57 bilhões reais, sendo que em 2020 o déficit previdenciário acumulou mais de 259 bilhões de reais. Porém, há uma discussão se o déficit da Previdência Social existe ou não, pois o artigo 195 da Constituição Federal, estabelece que a Seguridade Social, que engloba saúde, assistência social e previdência social, é financiada por receitas do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, sobre a receita de concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (BRASIL, 1888).

Luquet (2001) afirma que não se deve esperar que apenas o benefício pago pelo governo mantenha o mesmo padrão de vida atual durante a inatividade. Diante disso, para além do benefício concedido pelo INSS considera-se importante haver um complemento financeiro. Deste modo, preparar-se para a aposentadoria é indispensável, a fim de assegurar uma estabilidade financeira ao aposentar-se (PLANEJAR; CVM, 2019, CERBASI, 2003, LUQUET, 2001, HALFELD, 2001, BACEN, 2013, CVM, 2018).

Para a realização de qualquer planejamento financeiro é necessário determinar onde se quer chegar, estabelecendo os objetivos, as metas e os sonhos. Macedo Junior (2013) expõe que ter sonhos já é o começo, porém não é o suficiente, pois é preciso traçar metas concretas para incentivar o planejamento ao decorrer do tempo, assim como os objetivos devem estar em concordância com os valores pessoais, com a intenção de proporcionar melhoria na qualidade de vida e tranquilidade financeira.

Na preparação financeira para a aposentadoria é preciso determinar quando pretende se aposentar, qual a renda, a vida que almeja para essa fase e por quantos anos, em média, espera-se viver depois de aposentado são elementos norteadores deste plano (CERBASI, 2003).

Afastar-se do campo de trabalho exige um planejamento consistente, com metas e objetivos bem determinados, deste modo, começar a planejar a aposentadoria desde cedo faz uma grande diferença (HAFELD, 2001), bem como é aconselhável ao indivíduo a poupar e investir uma parte dos ganhos ao longo da vida ativa com o propósito de assegurar o futuro. Porém, os mais jovens tendem a ter mais dificuldades em pensar na previdência, visto que acumular recursos para a aposentadoria não está no topo da lista de prioridades, no entanto, quanto mais tempo se tem para investir, menor será o esforço e maior a quantia acumulada (CVM, 2021). O tempo e a taxa de juros, beneficiada pela capitalização composta, são variáveis fundamentais capazes de multiplicar exponencialmente pequenas aplicações ao longo do tempo, de modo a proporcionar que a partir de determinada idade possa-se optar por trabalhar com o que realmente goste ou simplesmente parar de trabalhar (PLANEJAR; CVM, 2019). Todavia, nunca é tarde para começar, portanto, planejar a vida financeira facilita o alcance de metas e oferece proteção há possíveis imprevistos em todas as fases da vida (PLANEJAR; CVM, 2019).

Ter acesso, conhecimento e interesse por assuntos relacionados a investimentos, finanças, contabilidade e matemática financeira são fundamentais para a realização do planejamento financeiro para a aposentadoria, de maneira a possibilitar ao indivíduo condições para a identificar as opções de investimentos mais adequadas para o momento, conforme os objetivos e as metas estabelecidos. Vale ressaltar que não existe investimento certo ou errado, o que existe é a aplicação que melhor atende o perfil e propósitos pessoais ou familiares do investidor (CVM, 2018, CERBASI, 2003, PLANEJAR; CVM, 2019).

De acordo com uma pesquisa do SPC Brasil, em parceria com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, em 2018, 78% dos brasileiros não estavam se preparando para a aposentadoria e sequer pensavam em economizar para a hora de se aposentar. Dentre os não-aposentados e que têm se preparado, os principais motivos que os levaram a se planejar para a aposentadoria foram: (i) o hábito de planejar a vida a longo prazo e (ii) o exemplo de pessoas que tiveram problemas financeiros na fase pós-laboral por não se prepararam.

Conforme a pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil em parceria com a Serasa Experian e o Ibope, em 2015, cerca de metade dos brasileiros contavam apenas com o INSS para a fase pós-laboral. Além disso, os homens planejavam mais a aposentadoria se comparado às mulheres, pois 25% das respondentes sexo feminino afirmaram não fazer nenhuma contribuição para a aposentadoria e que dependiam do cônjuge. Em contrapartida, apenas 5% dos respondentes do sexo masculino afirmaram não fazer essa contribuição, mesmo antes de se aposentarem, e a maioria das mulheres acreditava que irão depender da renda do companheiro, provocando um desincentivo ao planejamento previdenciário (BACEN, 2017).

Nesse sentido, na próxima subseção apresenta-se a revisão de uma literatura que discutiu a percepção de diferentes grupos em relação ao planejamento financeiro para a aposentadoria. Essa literatura, que foi levantada a partir de buscas pelas palavras “preparação para a aposentadoria”, “planejamento financeiro para a aposentadoria” e “educação financeira e aposentadoria” no Google Acadêmico, é composta por artigos científicos, monografias e dissertações de mestrado, com textos publicados entre os anos de 2007 a 2021. No Quadro 1, descreve-se os textos revisados.

Quadro 1: Trabalhos Revisados

Autores/as (Ano)	Título	Objetivo
Reis, Borges e Silva (2021)	Educação financeira: Aposentadoria sob a ótica dos acadêmicos de uma universidade pública do centro oeste de Minas Gerais	Analisar o comportamento dos acadêmicos de uma universidade pública, localizada no centro oeste de Minas Gerais, em relação à formação de reserva financeira para a aposentadoria.
Lima (2020)	Planejamento financeiro para a aposentadoria: como os profissionais do setor privado estão planejando financeiramente a aposentadoria	Identificar como os profissionais regidos pela CLT (consolidações das leis trabalhistas) na grande João Pessoa estão planejando financeiramente a sua aposentadoria.

Santos (2017)	Educação financeira e planejamento financeiro para a aposentadoria: um estudo com alunos de pós-graduação (Lato e Stricto Sensu).	Identificar se há relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria.
Vasconcellos (2017)	Educação Financeira e Preparo para a Aposentadoria dos Jovens Universitários do Rio de Janeiro	Identificar se os jovens estão se preparando para a aposentadoria.
Dietrich e Braido (2016)	Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior	Verificar se os alunos dos cursos de especialização de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul realizam o planejamento financeiro pessoal para a sua aposentadoria.
Matta (2007)	Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal	Verificar o alinhamento entre a oferta de informação do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (PEF-BC) e a demanda de informação pelos universitários do Distrito Federal sobre finanças pessoais.

Fonte: Elaboração própria.

3.1. Compreensão sobre a importância da preparação para a aposentadoria

Reis, Borges e Silva (2021) analisaram o comportamento dos universitários do Centro-Oeste de Minas, quanto à formação de reserva financeira para a aposentadoria. Os autores realizaram uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa dirigida a 494 discentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Pedagogia. A pesquisa foi feita numa instituição pública em ensino superior. Foi constatado que os discentes entrevistados eram majoritariamente jovens mulheres (75,5%), de até 25 anos e que já se encontravam no mercado de trabalho. A renda mensal era suficiente para arcar com suas despesas e os sujeitos não tinham o hábito de fazer dívidas no cartão de crédito, eram controlados na utilização do cartão de crédito e o utilizavam de forma moderada (REIS; BORGES; SILVA, 2021).

Os autores identificaram que os acadêmicos reconhecem a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria, no entanto, a maioria ainda não tinha iniciado a formação de reservas para a fase pós-laboral. Os autores acreditam que, pelo fato de serem jovens, os universitários consideravam a aposentadoria algo muito distante, por isso pretendiam iniciar a formação de reservas financeiras só após

concluir a graduação. Os alunos informaram ter conhecimento em investimentos, tais como, poupança, previdência complementar, imóveis e outros tipos de aplicações financeiras. Contudo, quando perguntados sobre os planos de previdência afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento. Diante disso, os autores pressupõem que os entrevistados tenham um conhecimento superficial sobre os diversos tipos de investimentos, pois a maioria aplicava suas reservas na caderneta de poupança, um investimento popularmente conhecido (REIS; BORGES; SILVA, 2021).

No trabalho de Vasconcellos (2017), buscou-se identificar se os jovens estão se preparando para a aposentadoria, por meio de uma pesquisa exploratória de cunho quantitativo com 133 graduandos ou recém-graduados do Rio de Janeiro. Verificou-se que os respondentes foram, aproximadamente, metade do sexo masculino e a metade do sexo feminino, predominantemente jovens (de 18 a 25 anos).

Na pesquisa, o autor constatou que grande parte dos jovens informaram que conseguem economizar parte da renda mensal, porém não ainda faziam um planejamento financeiro para alcançarem as suas metas e objetivos. Com isso, aplicavam as suas reservas majoritariamente na poupança, pois não se sentiam confiantes para gerir suas finanças. Embora os entrevistados tivessem conhecimento básico sobre finanças, acreditavam que necessitavam informar-se mais sobre o assunto. A maioria dos entrevistados mostrou não se preocupar com a aposentadoria, sendo um assunto de pouca relevância no meio da juventude. O autor pontua que tal atitude indica um risco desses indivíduos chegarem na terceira idade ainda despreparados, da mesma maneira que ocorreu com grande parte das gerações anteriores. Os instrumentos financeiros mais utilizados pela minoria que investe para a aposentadoria são: a previdência complementar, a poupança, os fundos de investimento e os títulos públicos (VASCONCELLOS, 2017).

Segundo Vasconcellos (2017) é preocupante que a caderneta de poupança seja o investimento com maiores aplicações entre a juventude, o que mostra a defasagem do conhecimento financeiro, especialmente sobre os tipos de investimentos.

Santos (2017) buscou identificar se havia relação entre o nível de educação financeira e o planejamento financeiro para a aposentadoria, a partir de uma pesquisa de natureza quantitativa e descritiva. A amostra do estudo foi composta por 329 alunos de pós-graduação, predominantemente composta por homens acima de 30 anos,

casados e sem dependentes, com vínculo formal de emprego e a maioria (75,99%) declarou receber menos de dez mil reais por mês (SANTOS, 2017).

Na dissertação, a autora verificou que o nível de educação financeira da amostra era alto, a minoria dos entrevistados afirmou que não percebiam a necessidade de poupar ou não estão preocupados com a aposentadoria; e não possuíam nenhum plano de previdência. Dentre a maioria que se preocupava, metade declarou já ter um plano de previdência ou poupança para a aposentadoria e a outra metade afirmou que tem planos de começar a poupar para a fase pós-laboral e informou ter a previdência social como a única condição de aposentadoria (SANTOS, 2017). A autora concluiu que há uma relação positiva entre o nível de educação financeira e o planejamento previdenciário, e ainda segundo Santos (2017), as variáveis demográficas e socioeconômicas exerceram influência sobre o nível de educação financeira do indivíduo.

Matta (2007), a partir de uma pesquisa de caráter exploratório descritivo, com 590 universitários do Distrito Federal, buscou aferir o alinhamento entre a oferta de informação do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e a demanda de informação pelos universitários do Distrito Federal sobre finanças pessoais.

O estudo verificou-se o baixo número de estudantes que tiveram alfabetização financeira, apesar de demonstrarem interesse em participar de eventos sobre o tema, além disso, os jovens só buscam informações quando precisam. O autor concluiu que a maioria dos universitários acreditava que ter conhecimento em finanças pessoais é importante, independente de seu poder aquisitivo, formação ou experiência profissional. Dentre os inúmeros assuntos que integram o tema finanças pessoais, a aposentadoria não foi mencionada pelos entrevistados, evidenciando a necessidade da alfabetização financeira dos universitários (MATTA, 2007).

Dietrich e Braido (2016), por meio de uma pesquisa com abordagem quantitativa e descritiva, com 166 universitários, buscou identificar se os alunos do ensino superior do Rio Grande do Sul realizavam planejamento financeiro para a aposentadoria, e aqueles que não o realizam, porque não o faziam. Observou-se que praticamente todos os participantes da pesquisa encontrava-se entre 25 e 45 anos, majoritariamente mulheres com renda acima de dois mil e quinhentos reais por mês.

No estudo verificou-se que grande parte dos entrevistados já realizava o planejamento financeiro pessoal (74,7%). Quando questionados sobre a preparação

financeira para a terceira idade, quase metade da amostra declarou que já se planejava para a aposentadoria, sendo a previdência complementar o investimento mais utilizado, seguido de aplicações na poupança e compras de imóveis. Dentre os que não tinham nenhum planejamento previdenciário, houve a alegação de possuir interesse em fazê-lo, porém, não sobravam recursos ou ainda se consideravam muito novos para isso (DIETRICH; BRAIDO, 2016). A partir do cruzamento das respostas, os autores concluíram que os indivíduos que realizavam o planejamento financeiro para a aposentadoria possuíam um nível maior de conhecimento sobre finanças pessoais e tópicos relacionados à previdência social em comparação àqueles que não realizavam.

Lima (2020), mediante uma pesquisa descritiva, propôs identificar de que maneira os empregados com carteira assinada de João Pessoa/PB preparavam-se financeiramente para aposentadoria. Apurou-se que, dentre os 166 participantes da pesquisa, a quantidade de homens e mulheres eram semelhantes, predominantemente na faixa etária de 26 e 35 anos, discentes de graduação ou com ensino superior completo, com renda mensal de até três salários mínimos.

Com a análise demonstrou-se que a maior parte dos entrevistados (74,7%) já fazia algum controle financeiro e concordaram que a realização de investimentos e de um planejamento previdenciário são extremamente importantes, visto que têm consciência de que apenas a previdência social não será suficiente para suprir todos os gastos no futuro. Pouco mais da metade declarou que não pretendiam aposentar contando apenas com a previdência social, no entanto, não realizavam um planejamento financeiro por alegarem falta de conhecimento ou por não terem objetivos definidos. Pouco mais da metade dos respondentes afirmou que realizava algum tipo de investimento, sendo a poupança a principal aplicação financeira. Quando perguntados sobre a aposentadoria, a maioria declarou não possuir nenhum planejamento, pois a renda estava toda comprometida com outras demandas, e dentre os que planejam, a caderneta de poupança era o investimento mais utilizado (LIMA, 2020).

As pesquisas revidas sobre percepção de diferentes grupos em relação ao planejamento financeiro para a aposentadoria mostraram que os entrevistados reconhecem a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria, porém a maioria ainda não iniciou a preparação para a fase pós-laboral, além disso, aplicam suas reservas na poupança, por não se sentirem seguros para realizar outras

aplicações financeiras, pois possuem conhecimento superficial sobre o tema. Os artigos estudados expõem que os indivíduos que planejam financeiramente a aposentadoria possui um nível de conhecimento financeiro maior comparado aqueles que não realizam o planejamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento da expectativa de vida e queda da natalidade dos brasileiros, é esperado que os indivíduos economizem e invistam recursos no presente a fim de garantir uma tranquilidade financeira no momento que desejar ou for preciso parar de trabalhar. Apesar do aumento da população idosa e da diminuição da população ativa, mais da metade dos brasileiros ainda não planejam financeiramente a aposentadoria.

O presente trabalho, nesse sentido, propôs-se em descrever a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria. Por meio da literatura revisada sobre o assunto, foi possível observar que a maior parte da população abordada por pesquisas contava somente com o INSS, como fonte de recursos para a aposentadoria e aplicavam suas reservas majoritariamente na poupança. Alguns reconheciam a necessidade do planejamento previdenciário, porém a maioria ainda não tinha iniciado a formação de reservas, principalmente os mais jovens por acreditarem ser algo distante e declarem não possuir conhecimento suficiente para realizá-lo.

Como evidenciado nos artigos estudados, o baixo nível de educação financeira e a falta do planejamento previdenciário apontam para o risco dos indivíduos chegarem na terceira idade despreparados financeiramente, assim como não se deve confiar que com o benefício pago pelo governo seja possível conseguir sustentar o mesmo padrão de vida atual, na fase pós-laboral. Durante muito tempo, os benefícios da Previdência Social foram suficientes para cobrir as necessidades dos inativos, no entanto, na atualidade não consegue atender satisfatoriamente às necessidades de todos os aposentados. Diante disso, planejar-se para a aposentadoria ao longo da vida é fundamental, com o propósito de garantir uma aposentadoria com recursos suficientes para manter o padrão de vida, bem como realizar todas as metas e objetivos, viver novas experiências e conseguir arcar com todas as despesas, sem a necessidade de trabalhar, podendo desfrutar da vida que almejou.

Tem-se como limitação para a elaboração deste trabalho, o baixo número de artigos científicos acerca do tema planejamento financeiro para a aposentadoria.

Sugere-se para futuras pesquisas, analisar o nível de conhecimento previdenciário dos universitários, analisar as motivações que levam as pessoas a planejarem a aposentadoria e também investigar os investimentos mais adequados para a realização de um planejamento financeiro para a aposentadoria.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. E. Progressividade e aspectos distributivos na previdência social: uma análise com o emprego dos microdados dos registros administrativos do RGPS.

Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. v. 70, n. 1, p. 3-30, 2016.

Disponível em:

APOSENTADORIA. In: DICIO, DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/aposentadoria/>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In: ROQUE, J. (Org.). **Otimização na recuperação de ativos financeiros**. São Paulo: IBeGI, 2013, p.1-11.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (ANBIMA). **Raio X do investidor brasileiro**. 3ªed. Anbima, 2020.

Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2020.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJADORES FINANCEIROS (PLANEJAR). **Planejamento Financeiro**. Planejar, 2021 Disponível em:

<<https://www.planejar.org.br/planejador-financeiro/>>. Acesso em: 26 de março de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJADORES FINANCEIROS (PLANEJAR); COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Planejamento financeiro**

Pessoal. Rio de Janeiro: CVM; Planejar, 2019. Disponível em:

<<https://www.investidor.gov.br/publicacao/LivrosCVM.html#PlanejamentoFinanceiro>>. Acesso em: 25 de março de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>.

Acesso em: 04 de março de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Série Cidadania Financeira: Estudos em Educação, Proteção e Inclusão**. 5 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017.

Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf>.

Acesso em: 23 de julho de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Cidadania Financeira**. Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Histórico das metas para a inflação**. Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BRIOSO, LARISSA. Você conhece a diferença entre economizar, poupar e investir? Aprenda agora!. **Mobills**, 2020. Disponível em: <<https://www.mobills.com.br/blog/diferenca-entre-poupar-economizar-e-investir/>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm>. Acesso em 26 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Previdência**. 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br>>. Acesso em: 26 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Estatísticas: Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS**. 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/boletins-estatisticos-da-previdencia-social>>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPTC, 21 a 23 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2021.

CERBASI, Gustavo. **Adeus, aposentadoria**: Como garantir seu futuro sem depender dos outros. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro**: os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua independência financeira. 5.ed. São Paulo: Gente, 2003.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Por que investir?. **Portal do Investidor**. 2021. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/antes_investir/antes_investir.html>. Acesso em: 26 de março de 2021.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Programa bem-estar financeiro**: Módulo 06: Introdução aos Investimentos. CVM, 2018. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Apostilas/apostila_06-bef-investimentos.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL); BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Seis em cada dez brasileiros não se preparam para aposentadoria, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil e Banco Central**. 2019. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6088>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. CNC, 2021. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-2>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

DIETRICH, Jônatas; BRAIDO, Gabriel Machado. Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de

Janeiro, v. 11, n. 2, p. 29-52, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13378>>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **EAD: Finanças sem segredos**. ENEF, 2021. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/ead-novos-alunos/>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida**. 13 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GRAGNOLATI, Michele; JORGENSEN, Ole Hagen; ROCHA, Romero; FRUTTERO, Anna. **Growing Old in an Older Brazil: Implications of Population Ageing on Growth, Poverty, Public Finance, and Service Delivery**. Banco Mundial, 2011. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2351>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: Como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019**. Agência de Notícias IBGE, 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua): Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

LIMA, Jainny Ferreira. **Planejamento financeiro para a aposentadoria: como os profissionais do setor privado estão planejando financeiramente a aposentadoria**. 2020. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19570>>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

LUQUET, Mara. **Guia Valor Econômico de Planejamento da Aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001.

LUSARDI, Annamaria.; MITCHELL, Olivia. **Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education**. Business Economics, v.42, n.1, p.35 - 44, 2007.

LUSARDI, Annamaria; TUFANO, Peter. **Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness**. Journal of Pension Economics and Finance, v.14, n.4, p.332-368, 2015.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar sua independência financeira**. 8 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: O Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5293>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à Controladoria: conceitos, sistemas, implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

PINHEIRO, Osvaldo Daniel Dos Santos; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. **A importância de políticas públicas para os idosos**. Barú, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 183-193, jul./dez. 2018.

REIS, Luana Carolina; BORGIS, Milca Oliveira; SILVA, Valdilene Gonçalves Machado. **Educação financeira: Aposentadoria sob a ótica dos acadêmicos de uma universidade pública do centro oeste de Minas Gerais**. Research, Society and Development. V.10, n.4, p. e184910111638, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11638>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

ROOIJ, Maarten Van; LUSARDI, Annamaria; ALESSIE, Rob. **Financial literacy and retirement planning in the Netherlands**. Journal of Economic Psychology, v.32, n.4, p.593-608, 2011.

SANTOS, Deodete Cunha Dos. **Educação financeira e planejamento financeiro para a aposentadoria: um estudo com alunos de pós-graduação (Lato e Stricto Sensu)**. 2017. 104 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação Stricto

Sensu em Administração). Centro Universitário Alves Faria. Goiânia. 2017. Disponível em: <<http://tede.unialfa.com.br/jspui/handle/tede/153>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia De Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista De Administração Pública, Rio de Janeiro. v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>. Acesso em 23 de março de 2021.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL); CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL). **Oito em cada dez brasileiros não se preparam para aposentadoria, mostra pesquisa do SPC Brasil e CNDL**. 2018. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/4499>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

SILVA, Carolina Lelis. **Educação financeira e o comportamento do consumidor um estudo com jovens de Ituiutaba/MG**. 2018. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23578/3/EducacaoFinanceiraComportamento.pdf>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

VASCONCELLOS, Daniel Giannini Silva. **Educação Financeira e Preparo para a Aposentadoria dos Jovens Universitários do Rio de Janeiro**. 2017. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=33469@1>>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro**. Revista Intersaberes, Curitiba, v. 6, n. 12, p.155-172, maio de 2011. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/32>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), 2005.